### PROGRAMAÇÃO SEMANAI Domingos **09h30** EBD - Jovens e Adolescentes (3º andar) 09h30 Adultos (2º andar)

10h30 Culto 18h Culto Segundas

08h00 Oração das mulheres

Quintas

19h30 Culto

# CALENDÁRIO DO MÊS

1º Domingo Ceia e oferta de alimentos 1ª Ouinta Ceia e oferta de alimentos 2º Domingo 17:00h - Reunião da Geração Vida 3º Domingo 17:00h - Reunião das mulheres Último Domingo 08:00h - Jejum e Consagração 12:00h - Congresso de Mulheres Sábado 01 Sexta 14 a 16 - Retiro de Casais em Teresópolis Sábado 29 18:00h - Culto Iovem

\* procure uma célula para se edificar!

## PIX da Igreja - 02902913/0001-29 ou invsc@invsc.org.br

sejam, tais como: "..os nossos governos e governantes são imorais e não podem praticar a justiça, nem receber esta delegação...", não podem se sobrepor às determinações de desproporcionalmente aos parâmetros bíblicos, no caso de Deus. Por mais ilegítimos que sejam os governos, estas determinações de Deus permanecem legítimas. Os governantes de Israel nem sempre foram justos, corretos e tementes a Deus. Na realidade, em sua maioria, "Se eu cometi algum erro e fiz qualquer coisa digna de morte, não recuso morrer." Verifique que: desrespeitaram abertamente a Deus e a suas Leis, abraçando a idolatria. Nunca, entretanto, encontramos qualquer profeta indicando: --"Vamos dar um tempo e suspender as aplicações da Lei de Deus, até que um governo bom e justo venha a se instalar em nosso país..." Pelo contrário, a mensagem profética era sempre no sentido de chamar os governantes à obediência destas mesmas leis. Ao defendermos algo que é determinado por pessoas "dignas de morte" dependendo dos atos Deus, devemos ter coragem e ousadia, mesmo caminhando contra a corrente e pensamentos modernos, talvez politicamente "corretos", mas que apresentam soluções estranhas aos parâmetros de justica de Deus.

A Pena de Morte no Novo Testamento

Nossa convicção é de que a imutabilidade de Deus e de seus preceitos e desejos para o homem estabelecem uma harmonia e não uma dissociação e divisão entre o Velho e o Novo Testamento. Os contrastes traçados por Jesus, no Sermão da Montanha ("...ouvistes o que foi dito aos antigos...") é muito mais um contraste entre a tradição dos recebemos sanção, de igual modo, para desobedecê-los, que entre as determinações do Velho e as do Novo

não as revoga. No Novo Testamento encontramos não a revogação da Lei Religiosa, mas sim a sua complementação e término de sua finalidade em Cristo. Encontramos não a revogação da Lei Civil de Israel, mas sim o registro de uma nação fragmentada, sob o domínio de outra nação e de outras leis, e a determinação profética da dissolução desta mesma nação. Quanto à Lei Moral, encontramos na realidade, afirmações de apoio e exortação Semelhantemente ao verificado no Velho Testamento, as da parte de Jesus, e nos demais livros, para o seu cumprimento e manutenção, como expressão maior do nosso amor para com Deus ("...se me amardes, guardareis contexto do Novo Testamento era bastante injusto, ruim e

os meus mandamentos..."). No caso específico da Pena de Morte, temos alguns registros, onde o assunto é mencionado, não havendo indicação de que os pontos básicos de justiça divina tivessem agora sido modificados, para a nossa era. Vamos ver alguns destes trechos:

1. Mateus 26:52—Jesus disse: "...todos os que lançarem mão da espada, pela espada morrerão." Parece ser um reconhecimento tácito da legitimidade de aplicação da Pena Capital, como justa punição aos que vivem pela violência e desrespeito à vida.

cima te não fosse dado..." Jesus reconhece que o poder de respeitada e a violência diminua na terra. Pilatos de tirar a vida, vem do alto. Ele não contesta este

poder, mas o considera legitimo, ainda que aplicado ilegitimamente, no caso de Jesus, e talvez outras execuções.

3. Atos 25:11—Paulo, na sua defesa perante Festo, disse:

a. Paulo reconhece que existiam crimes dignos de morte, b. Paulo informa que não ofereceria resistência ao

recebimento da Pena de Morte,

c. Paulo, implicitamente, reconhece que alguma autoridade possuía o direito de condenar alguém à morte.

4. Romanos 1:32—"...que são dignos de morte, os que tais coisas praticam..." Paulo reconhece que existem praticados.

5. Romanos 13:1 e versículos seguintes—O conhecido trecho, que especifica as obrigações do governo, coloca claramente a espada nas mãos do Governo, como

instrumento legítimo de punição. -

6. 1 Pedro 2:13-14: "...sujeitai-vos à toda ordenação humana..." Os governos recebem a autoridade das mãos de Deus. Devemos clamar contra as injusticas, mas não recebemos sanção para considera-los ilegítimos aplicadores da justiça, por mais distanciados que estejam de Deus. Não anciãos e a verdadeira interpretação da Palavra do Deus, do mesmo quando são injustos ("...sujeitai-vos não somente aos bons e humanos, mas também aos maus..."—1 Pedro Testamento. Em muitos casos, Jesus amplia as prescrições e 2:18), a não ser quando nos impelem a que desobedeçamos o significado das determinações do Velho Testamento, mas às próprias determinações de Deus. Neste caso, devemos agir e responder comó o próprio Pedro em Atos 5:29: 'Mais importa obedecer a Deus, do que aos homens." -

7. Apocalipse 13:10--"Se alguém matar à espada, necessário é que à espada seja morto." Em harmonia com a afirmação de Cristo, em Mateus 26:52, numa inferência de que o princípio de justiça da retribuição, continua válido no Novo Testamento.

determinações eternas de Deus não estavam atreladas à bondade ou não dos governos temporais. O governo do

primitivo, mas mesmo assim a legitimidade dos governos não foi retirada.

# Conclusão

A defesa da Pena de Morte, contra assassinatos, baseada nos princípios e determinações, inicialmente expostas em Gênesis 9, é uma atitude coerente com o horror à violência demonstrado na Palavra de Deus. A Bíblia é contra a impunidade que reina em nossos dias, contra o desrespeito à vida. A Bíblia é, portanto, pela lei e pela ordem, pelo respeito à propriedade e à vida, pelo tratamento da violência dentro dos parâmetros legais do 2. João 19:11—"...nenhum poder terias contra mim, se de governo, pela Pena de Morte, para que a Sua Palavra seja

IGREJA DE SÃO CRISTÓVÃO

Endereço: Rua General Argolo, 60 - CEP 20921-393

São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 21-98485-5494

Web Site: http://www.invsc.org.br email: invsc@invsc.org.br Igreja filiada ao Conselho de Ministros das

Igreias de Nova Vida do Brasil Pastor Presidente: Mauricio Lopes Fortunato

**Boletim** mensal Novembro / 2025 Ano XXV— n° 293

Pena de Morte - Uma Avaliação Teológica

#### Introdução

A Pena de Morte é um assunto atual. A sua Validade é discutida em todos os setores da sociedade. À medida em que aumenta a incidência dos crimes violentos vemos alguns setores movimentando-se para que a Pena Capital seja instaurada em nosso sistema judiciário. Mas o que diz a Bíblia sobre este tema? Qual deve ser a posição do servo de Deus, perante assunto tão controvertido? Poderíamos começar o nosso exame fazendo uma ligeira verificação do que a Bíblia tem a dizer sobre crimes e punições.

Crimes e Punições na Palavra de Deus

Podemos aprender bastante com os princípios que norteavam o tratamento que a Bíblia dá aos crimes e punições. Vejamos, mesmo superficialmente, alguns destes

Na Bíblia não existe a provisão para cadeias, nem como instrumento de punição nem como meio de reabilitação. A cadeia era apenas um local onde o criminoso era colocado até que se efetivasse o julgamento devido. Em Números 15:34 lemos: "...e o puseram em guarda; porquanto não estava declarado o que se lhe devia fazer...

Desta forma, não encontramos, na Palavra de Deus, o conceito de enclausuramento como remédio, ou a perspectiva de reabilitação através de longas penas na prisão e, muito menos, a questão de "proteção da sociedade" através da segregação do indivíduo que nela não se integra, ou que contra ela age.

O princípio que encontramos na Bíblia é o da restituição. Em Levítico 24:21 lemos, "...quem pois matar um animal restitui-lo-á, mas quem matar um homem assim lhe fará.' A restituição ou retribuição, era sempre proporcional ao crime cometido

Para casos de roubo, a Lei Civil Bíblica prescreve a restituição múltipla. Vejamos em Êxodo 22:4 "...se o furto for achado vivo na sua mão, seja boi, seja jumento, ou ovelha, pagará o dobro."

Nos casos de roubo de propriedade que representa o ganha pão ou meio de subsistência do prejudicado, a Bíblia prescreve a restituição de quatro ou cinco vezes o que foi roubado. Assim lemos em Êxodo 22:1 "...se alguém furtar boi ou ovelha e o degolar ou vender, por um boi pagará cinco bois, e pela ovelha quatro ovelhas."

Em todas as instâncias o direito de cada um de defesa de sua propriedade era um direito concedido e salvaguardado, como vemos em Êxodo 22:2: "...se o ladrão for achado a minar e for ferido, e morrer, o que o feriu não será culpado do sangue.'

Aqueles que roubavam alimentos para satisfazer a fome. deviam ser tratados com clemência, mas mesmo assim, persistia a obrigação de restituir sete vezes o alimento que furtou do legítimo dono, uma vez que a própria constituição da sociedade já possuía a provisão para atendimento aos carentes, tornando desnecessário o furto, como vemos em Deuteronômio 24:19 a 21. Desta forma lemos em Prov. 6:30, 31: "...não se injuria o ladrão quando furta para saciar sua alma, tendo fome; mas encontrado, pagará sete vezes tanto: dará toda a fazenda da sua casa...' Vemos então que apenas um exame superficial das

diretrizes bíblicas e um confronto destas com as opiniões Por F. Solano Portela Neto. (Artigo resumido) que agora surgem, mostra a sabedoria ali encontrada. Já há milênios antes de Cristo a Bíblia determinava punições pecuniárias, que o homem, a ela hoje chega, baseado na constatação empírica de que outras medidas não funcionam. Com efeito os encarceramentos prolongados, hoje aplicados não produzem reabilitações, não são bem sucedidos em conservar o criminoso fora de ação e as prisões constituem-se, na realidade, em verdadeiras fábricas de criminosos piores e mais violentos.

O sistema bíblico de punição pecuniária é destinado a tornar o crime uma atividade não lucrativa. No que diz respeito àqueles criminosos que se recusavam a obedecer as autoridades constituídas, a sentença é a pena de morte. Lemos isto em Deuteronômio 17:12: "...o homem pois que se houver soberbamente, não dando ouvidos ao sacerdote, que está ali para servir ao Senhor teu Deus, nem ao juiz, o tal homem morrerá e tirarás o mal de Israel.'

Isto equivale a dizer que a condição de reabilitação na sociedade, para o criminoso primário, era total e absoluta. Ele, pagando a indenização devida, estava pronto a se reintegrar na sociedade atingida pelos seus desmandos, que não deveria discriminá-lo de nenhuma forma, pois restituição havia sido efetivada.

Por outro lado, havia aqueles que se recusavam a obedecer, reincidindo no caminho do crime. A Bíblia reconhece a necessidade de proteger a sociedade desses elementos, mas não através de uma forma pseudo-humanitária somente onerosa, imperfeita e impossível de produzir resultados. O sistema encontrado na Bíblia apresenta a efetivação desta proteção de uma forma radical, mas destinada a produzir frutos permanentes e a gerar a paz e a tranquilidade em uma sociedade. Além disso, poderíamos falar no efeito didático, que a aplicação coerente e sistemática desta pena teria nos reincidentes em potencial.

Obviamente não há a possibilidade da aplicação direta e total das Leis Civis prescritas por Deus ao estado teocrático de Israel, na sociedade atual. Nem podemos advocar a aplicação da Pena de Morte para todas as situações temporais prescritas na Lei Mosaica (como por exemplo: pela quebra do sábado), pois destinavam-se a uma nação específica, dentro de específicas circunstâncias, e com propósitos definidos, da parte de Deus.

Muitos dos princípios encontrados, naquela sociedade agrária, entretanto, são eternos e válidos até os dias de hoje e merecedores do nosso exame e estudo. Juristas cristãos muito poderiam contribuir para um aprofundamento deste

Neste estágio, nosso exame do assunto torna-se difícil, sem uma análise maior do significado da Lei de Deus, o que passamos a fazer:

# A Lei de Deus

O Que É a Lei de Deus?

Deus proferiu e revelou diversas determinações e deveres para o homem, em diferentes épocas na história da humanidade. Sua vontade para o homem, constitui a sua Lei e ela representa o que é de melhor para os seus. Quando estudamos a Lei de Deus, mais detalhadamente, devemos, entretanto, discernir os diversos aspectos, apresentados na Bíblia, desta lei. Muitos mal-entendidos e doutrinas erradas podem ser evitadas, se possuirmos a visão bíblica do

# ANIVERSARIANTES DO MÊS

01 Mauricio Fortunato 26 Marcelo Ferreira 01 Sandra Esteves

26 Sirena Moura 29 Emilyn Vitória Regino 01 Sérgio Delesposti

Brígido Sales 05 María Eugenia Silva 29 Wilson Ribeiro Nunes Filho Morocoima 05 Rosana Soares Cruz 30 Rodrigo Nobrega

18 Daniela e & Bruno

23 Katia & Paulo

05 Samuel Carvalho 06 Wesley Carvalho

Oliveira 07 Jorgete Crispin

07 Ligia De Queiroz BODAS 07 Maxwell Agostinho 10 Lucineide Öliveira 12 Cristiane & André 11 Alan Lima Da Silva

12 Roberto da Rosa Antunes O. da Costa 13 Fabio Dos Santos 16 Michele Cavalcanti Marques

21 Erica dos S. Trajano 24 Davi Marques 24 Joceli Sousa

24 Luiz Augusto Souza Perciliano

#### **EBD ADULTOS**

Nossa Escola Bíblica Dominical se reúne aos domingos às 09:30h para estudar e debater os ensinos bíblicos. Estudo atual: Revista EBD Se deseja se batizar, participe da turma de Batizandos. Os Batismos são sempre no último domingo de cada mês e a turma de batizandos começa no primeiro domingo. inscrever-se, procure o Pr. Mauricio.

# **EBD** Jovens e Adolescentes

A Escola Bíblica Especial para Jovens e Adolescentes acontece aos domingos a partir das 9:30h na sala da juventude no 3º andar e na biblioteca para os adolescentes.

Utilizando uma linguagem moderna, adequada à faixa etária e incentivando o debate.

# FRASE DO MÊS

"Parem de se inspirar em líderes: Sejam imitadores de Cristo!"

**Billy Graham** 

#### **ARTIGO**

assunto Nossa convicção é a de que podemos dividir a Lei de Deus em três áreas:

Os Três Aspectos da Lei de Deus:

A Lei Civil ou Judicial—Representa a legislação dada à sociedade ou ao estado de Israel, por exemplo: os crimes contra a propriedade e suas respectivas punições.

A Lei Religiosa ou Cerimonial—Esta representa a legislação levítica do Velho Testamento, por exemplo: os sacrifícios e todo aquele simbolismo cerimonial.

A Lei Moral—Representa a vontade de Deus para com o homem, no que diz respeito ao seu comportamento e aos seus deveres principais.

## Toda a Lei É Aplicável aos Nossos Dias?

Quanto à aplicação da Lei, devemos exercitar a seguinte compreensão:

À Lei Civil: Tinha a finalidade de regular a sociedade civil do estado teocrático de Israel. Como O jovem apresentou-se como tendo cumprido todos os mandamentos, mas mesmo assim tal, não é aplicável normativamente em nossa sociedade. Os Sabatistas erram ao querer aplicar parte dela, sendo incoerentes, pois não conseguem aplicá-la, nem impingi-la, em sua totalidade. Jesus começou perguntando sobre os últimos 6 mandamentos, um a um... (nossas obrigações A Lei Religiosa: Tinha a finalidade de imprimir nos homens a santidade de Deus e apontar para para com os nossos semelhantes). o Messias, Cristo, fora do qual não há esperança. Como tal, foi cumprida com Sua vinda. Os Sabatistas erram ao querer aplicar parte dela nos dias de hoje e ao misturá-la com a Lei Civil. A Lei Moral: Tem a finalidade de deixar bem claro ao homem os seus deveres, revelando suas carências e auxiliando-o a discernir o bem do mal. Como tal, é aplicável em todas as épocas e ocasiões. Os Sabatistas acertam ao considerá-la válida, porém erram ao confundi-la e ao misturá-la com as duas outras, prescrevendo um aplicação confusa e desconexa.

Estamos Sob a Lei ou Sob a Graça de Deus?

Muitas interpretações erradas podem surgir de um falho entendimento das declarações bíblicas de que "não estamos sob a lei mas sob a graça" (Romanos 6:14). Se considerarmos que os três aspectos apresentados da lei de Deus são distinções bíblicas, podemos afirmar:

Não Estamos Sob a Lei Civil de Israel, mas sob o período da Graça de Deus, em que o Evangelho atinge todos os povos, raças tribos e nações.

Não estamos sob a Lei Religiosa de Israel, que apontava para o Messias, foi cumprida em Cristo, e não nos prende sob nenhuma de suas ordenanças cerimoniais, uma vez que estamos sob a graça do Evangelho de Cristo, com acesso direto ao trono, pelo seu Santo Espírito, sem a intermediação dos sacerdotes.

Não Estamos Sob a Condenação da Lei Moral de Deus, se fomos resgatados pelo seu sangue, mas nos achamos cobertos por sua graça.

Não estamos, portanto, sob a lei, mas sob a graça de Deus, nesses sentidos.

Entretanto...

Estamos Sob a Lei Moral de Deus, no sentido de que ela continua representando a soma de nossos deveres e obrigações para com Deus e para com o nosso semelhante.

Estamos sob a Lei Morál de Deus, no sentido de que ela, resumida nos Dez Mandamentos, representa a trilha traçada por Deus no processo de santificação, efetivado pelo Espírito Santo em nossas pessoas (João 14:15). Nos dois últimos aspectos, a própria Lei Moral de Deus é uma expressão de sua Graça, representando a objetiva e proposicional revelação de Sua vontade. Vemos então, que qualquer tentativa de descartar as considerações bíblicas e um estudo mais Lei, e nós estamos agora sob a graça..." constitui-se em uma afirmação prematura e sem significado, pois não leva em consideração os diversos aspectos e nuanças da Lei de Deus.

A Lei Moral, Antes dos Dez Mandamentos

Considerando os três aspectos da Lei e a sua aplicabilidade, vemos que as determinações de Deus ao homem proferidas antes da legislação mosaica (como por exemplo: Gn 9:6) possuem considerável significado para nós, pois certamente não fazem parte nem da lei civil de Israel (que cerimônias religiosas prescreverem o sacrifício humano, de forma banal e corriqueira. Como ainda não existia como nação), nem da lei religiosa daquele povo (que ainda não havia sido emitida de forma codificada e sistemática). Como exemplo, verificamos que datam deste período os primeiros registros do dízimo, sendo este um dos principais argumentos para a sua utilização nos nossos dias, ou seja, ele não estava somente entrelaçado à legislação civil ou religiosa da nação de Israel. As determinações deste período que não dizem respeito a procedimentos ou práticas cerimoniais religiosas, são expressões puras da Lei Moral de Deus, representando a vontade deste, em todos os tempos, para todas as criaturas.

A Pena de Morte foi instituída por Deus neste período. Foi comandada a Noé e a seus descendentes, antes das Leis Civis ou Judiciais, numa inferência de sua aplicabilidade universal. A Pena Capital foi instituída por Deus e não pelo homem. Sua instituição se deu não porque Deus desse pouca validade à vida do homem, mas exatamente porque Éle considerava esta vida extremamente importante. Desta forma, perdia o direito à sua própria vida qualquer um que ousasse atentar contra a criatura formada à imagem e semelhança do seu Criador. Esta foi a base vingativa dos parentes próximos das pessoas assassinadas, pois o direito de fazer pagar a vida da instituição da pena de morte, em Gênesis 9:6, enraizada na Lei Moral de Deus, como um reforço à sua determinação: não matarás. Esta mesma santidade de vida, encontraria reflexo posteriormente na codificação da Lei Moral de Deus, ou seja, no 6º Mandamento.

A Pena de Morte e o Decálogo

Na dádiva das "Tábuas da Lei", ou seja nos Dez Mandamentos (Ex 20:1-13), Deus resumiu a sua Lei Moral apresentando-a formalmente, e registrando-a, sucinta e objetivamente, para o benefício do seu povo.

Os Dez Mandamentos estabelecem obrigações e limites para o Homem. O seu estudo

aprofundado mostra a sabedoria infinita de Deus, bem assim como a harmonia reinante em Sua Palavra. Revela também nossa insignificância perante Ele, nossa dependência e necessidade de redenção, em virtude do nosso pecado. O Homem pecou em Adão e desde então é incapaz de cumprir a Lei de Deus.

Os Dez Mandamentos, reforçam nossas obrigações para com os nossos semelhantes, em todos os sentidos. Entre estas obrigações, está a de preservarmos a vida desses. Inferimos, também, que as sanções divinas, sobre a quebra destes mandamentos, carregam o peso e a importância anteriormente ordenadas por Deus.

Jesus Cristo e os Dez Mandamentos

Jesus Cristo demonstra sua afirmação de que não veio para anular, ou abolir, a Lei, mas sim para cumpri-la, no incidente com o Jovem Rico, em Mateus 19:16-26 e em Marcos 10:17-22: inquiria como alcancar a vida eterna.

Ele respondeu que tudo aquilo havia cumprido.

Jesus, entretanto, não chegou a enunciar o último mandamento (Não cobiçarás...).

Em vez disso colocou um teste prático sobre a cobiça, mandando que ele vendesse tudo o que

tinha e distribuísse com os pobres.

Nesse momento ele evidenciou a cobiça existente no seu coração e retirou-se triste, mostrando que não cumprira nem o primeiro mandamento, pois amava algo, mais do que a Deus. Note que Jesus, nunca aventou a possibilidade de que aquelas obrigações eram hipotéticas ou superadas pela "nova dispensação", ou de que o Jovem Rico não estava mais "sob a Lei Moral de Deus, mas sob a Graça." Em vez disso, Cristo derrotou o argumento dentro da própria obrigação que o jovem possuía, de cumprir a lei, demonstrando que sua alegação de cumprimento era falsa.

Consideramos, desta forma, a Lei Moral de Deus válida para nossa época. A santidade da vida do homem, criado à imagem e semelhanca de Deus, contida nesta Lei, ainda subsiste. Subsistem, consequentemente, as sanções à retirada desta vida, ou seja a aplicação da Pena de

Morte não foi revogada, como estamos ainda a demonstrar.

O 6º Mandamento e a Pena de Morte

Muitos tentam encontrar no 6º Mandamento uma proibição à aplicação da Pena de Morte, dizendo que o "Não matarás", proibiria qualquer execução. O argumento é curioso, porque via de regra é aplicado justamente por aqueles que negam a validade da Lei Moral de Deus para os nossos dias, mas utilizam esta mesma lei quando lhes é conveniente. Nosso entendimento, é de que, precisamente o sexto mandamento, reforça a aplicação da Pena de Morte, ou seja, ele não é, em momento algum, uma proibição à aplicação da Pena de Morte.

Este mandamento (Ex. 20:13) enfatiza a santidade da vida. O que temos aqui, é Deus dando uma determinação bastante objetiva, proibindo o assassinato ("Não Matarás", significa, linguisticamente: não cometerás assassinato), ou seja: nenhum indivíduo tem o direito de tirar a vida de outro. Não se aplica, portanto, aos governos constituídos que, exercitando o mandato e a autoridade concedida por Deus, passassem a aplicar a justiça e a reforçar o sexto mandamento, profundo da Pena de Morte, com a alegação — "Ah, esta foi uma determinação para o tempo da com a aplicação da Pena de Morte. A Lei Civil de Israel, prescrevia a Pena de Morte em várias instâncias e ocasiões e nenhum profeta ou servo de Deus aventou a possibilidade de que estas leis civis, também dadas por Deus, estivessem contrárias ao sexto mandamento. A visão bíblica da santidade da vida, encontrada neste Mandamento e em outras passagens da

Palavra de Deus, contrasta com os costumes dos povos pagãos daquela época, que rodeavam a nação de Israel, onde a vida humana era algo sem consideração ou valor, ao ponto de muitas vimos anteriormente, a Bíblia diz que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, sendo esta uma das principais razões por que sua vida deve ser respeitada (Gen 9:6). Hoje em dia, observamos cada vez mais uma vulgarização da vida, com o aumento gradativo da criminalidade e da impunidade que assola a nossa sociedade.

O Princípio da Retribuição

A Pena de Morte, estabelecida por Deus previamente à Lei Civil, obedece a este princípio da retribuição. No detalhamento da Lei Civil ou Judicial, do Estado de Israel, aprendemos também que a execução desta sentença não foi dada desqualificadamente a indivíduos ou organizações fora do governo constituído. Estes não possuem nenhum direito sobre a vida de quem quer que seja, por mais legítima que venham a parecer as causas ou razões. A prova disto é a própria instituição das Cidades de Refúgio, estabelecidas por Deus em Números 35:9-34. Nestas cidades, até os assassinos confessos e declarados mereciam proteção temporária da fúria com a vida não havia sido delegado indiscriminadamente aos parentes ou aos amigos, mas a instituição do governo e somente após o julgamento devido. Naquela ocasião, o parente próximo poderia até ser o executor, mas não recebia sanção para cometer injustiça. Por estes princípios, o crente deve ser contra os grupos de extermínio, os chamados vigilantes, e contra os linchamentos. Estes, dando a aparência de execução de justiça, promovem na realidade a anarquia e a desconsideração pela vida, eliminando a possibilidade de verificação isenta dos fatos e dos possíveis crimes cometidos. Estes grupos de pessoas quebram, na realidade, o sexto mandamento, e agem contra o princípio de santidade da vida, ali estabelecido. Os argumentos pragmáticos, contra a pena de morte, por mais aparentemente verdadeiros que